

Calendário eleitoral sem censura às prévias

O TSE divulgou ontem o calendário para as eleições presidenciais. Nele não consta a data do último dia para a divulgação das prévias, como prevê a lei.

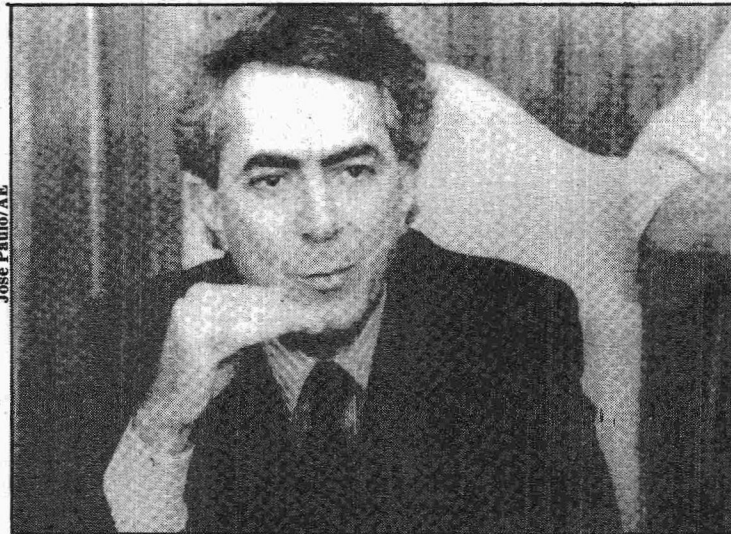
O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não reconhece a proibição da divulgação das pesquisas prévias 30 dias antes da eleição, prevista na lei eleitoral que regula a eleição deste ano. O calendário eleitoral, divulgado ontem pelo TSE, não se refere à data de 15 de outubro, que, pela lei, seria o último dia para a divulgação das pesquisas. O ministro Francisco Rezek, presidente do Tribunal, justificou a omissão da data dizendo que "o TSE entende, com base na Constituição, que não é possível limitar a liberdade de informação".

Se com a decisão do Tribunal nenhuma entidade recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar a constitucionalidade da lei que limita o prazo para as pesquisas, o Congresso Nacional terá que fazê-lo para garantir a proibição. No ano passado, o TSE incluiu no calendário eleitoral a data limite para a divulgação das prévias, conforme fixava a legislação. Mas depois da promulgação da Constituição, o Tribunal teve que voltar atrás em sua decisão.

Pelo calendário divulgado ontem o novo presidente do Brasil deve ser conhecido até 29 de dezembro, mesmo em caso de eleições em dois turnos. Mas se algum dos candidatos conseguir atingir a maioria absoluta dos votos ainda no primeiro turno, o resultado final da eleição será divulgado até 27 de novembro, 12 dias depois do pleito. No caso da confirmação do segundo turno, a segunda eleição acontecerá dia 17 de dezembro, domingo.

O ministro Francisco Rezek disse ontem que o Tribunal já está preparando um esquema especial para divulgação dos resultados parciais e totais da eleição. Segundo ele, a imprensa terá acesso simultâneo aos dados que forem chegando dos Tribunais Regionais para o TSE, que terá a tarefa de fazer a totalização final dos votos pelo computador.

Para garantir que o prazo de 12 dias para apresentação do resultado final seja suficiente o ministro pretende contar com a colaboração do Ministério da Aeronáutica que será o responsável pelo transporte das urnas nas regiões de difícil acesso. O ministro espera gastar entre NCz\$ 40 e 80 milhões em todo o processo eleitoral deste ano.



Rezek: "Com base na Constituição".



Collor com Jânio, vice de Minas: outra aliada.

José Paulo/AE

Giovani Pereira/AE